



1º CONGRESSO CATARINENSE DE CIÊNCIAS FORENSES

Rede Catarinense de Pesquisa em Ciências Forenses

24-26 JUN 2026 | FLORIANÓPOLIS, SC

OS CAMINHOS BUROCRÁTICOS DAS DECLARAÇÕES DE ÓBITO: O TRABALHO DE AGENTES DO ESTADO NA GESTÃO DE MORTE MUNICIPAL

Congresso Catarinense de Ciências Forenses, 1ª edição, de 24/06/2026 a 26/06/2026
ISBN dos Anais: 978-65-5465-186-8

FERREIRA; Martha Rodrigues¹

RESUMO

Este relato de caso, derivado de uma pesquisa de mestrado em andamento, pretende apresentar as práticas institucionais de construção de dados sobre mortalidade, descrevendo e analisando o registro técnico da morte e os mecanismos estatais que “matam o morto” [1]. A metodologia baseia-se na etnografia, auxiliada pela realização de entrevistas semiestruturadas com agentes municipais que manipulam as Declarações de Óbito (DOs) de uma cidade localizada no Sul do Rio Grande do Sul. A análise preliminar do campo revela a trajetória documental das DO's, recebidas semanalmente pelo setor da Vigilância Epidemiológica da Secretaria Municipal de Saúde, setor responsável pelo recebimento, distribuição, recolhimento e inserção dos dados no Sistema de Informações sobre Mortalidade (SIM). Em caso de dúvidas sobre a *causa mortis*, a equipe da Vigilância Epidemiológica preenche uma “Ficha de Investigação” sobre o histórico de saúde dos pacientes, após a investigação, um médico codificador do município é o responsável por analisar as informações e atestar a *causa mortis* que irá constar no SIM, desta forma este médico codificador se torna a “voz autorizada do Estado” [1]. A pesquisa evidencia que a gestão de morte é operada por uma série de procedimentos burocráticos, onde as atividades estatais se sobrepõem às médico-legais. Enquanto o médico estabelece a *causa mortis* nas três das vias da DO, apenas a via branca – enviada à Vigilância Epidemiológica – subsidia a construção dos dados epidemiológicos através do CID-10, validado pelo médico codificador. Assim, como apontado por Medeiros [1], o saber médico se constitui por uma hierarquia na qual o poder de decisão final reside em quem detém maior distanciamento do corpo. MEDEIROS, Flavia. Matar o morto: uma etnografia do Instituto Médico-Legal do Rio de Janeiro. 1. ed. Niterói: EdUFF, 2016. v. 1. 217p.

PALAVRAS-CHAVE: Antropologia da Morte, Antropologia do Estado, Declarações de Óbito, Gestão de Morte

¹ Programa de Pós-Graduação em Antropologia Social/Universidade Federal de Santa Catarina, martharof@hotmail.com

